

Paulo Freire e a Democratização da Educação: A Importância do Projeto Político-Pedagógico como Instrumento de Transformação

Paulo Freire and the Democratization of Education: The Importance of the Political-Pedagogical Project as an Instrument of Transformation

Lina Meireles Magalhães¹

Indionara Galvão²

Simoni Tormohlen Gehlen³

Resumo: A construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) é essencial para orientar as atividades da comunidade escolar proporcionando uma base sólida para a organização e o desenvolvimento da educação. Nesse sentido, o objetivo deste artigo consiste em investigar a compreensão de docentes que atuam no município de Cairu - BA sobre o PPP. Fundamentado na perspectiva de Paulo Freire e em alguns estudos que discutem a construção de um PPP, foi realizado um questionário relativo à construção do PPP, sua importância e suas bases democráticas. As informações foram obtidas por um questionário desenvolvido no *Google Forms* e enviado via link pelo aplicativo *Whatsapp* e foram analisadas por meio da Análise Textual Discursiva, com base nas seguintes categorias: i) Orientar/Nortear o fazer pedagógico; ii) Identidade Escolar; iii) A importância da Comunidade e a democratização do PPP. Dentre os resultados apresentados, destaca-se a importância da participação da comunidade escolar na elaboração do PPP como caminho para transformação da realidade e democratização do processo educacional. Ademais, o estudo indica a relação entre o entendimento do professor acerca do PPP como um dos elementos norteadores para sua construção, visto que, está intrinsecamente ligado à participação dos docentes no processo de discussão, elaboração e execução do PPP.

Palavras-chave: Paulo Freire. Educação. Democratização. Projeto Político Pedagógico. Comunidade.

Abstract: The construction of a Political Pedagogical Project (PPP) is essential to guide the activities of the school community, providing a solid foundation for the organization and development of education. In this sense, the objective of this article is to investigate the understanding of teachers working in the municipality of Cairu - BA about the PPP. Based on the perspective of Paulo Freire and some studies discussing the construction of a PPP, a questionnaire was conducted regarding the PPP's development, its importance, and its democratic bases. The information was gathered through a questionnaire created on *Google Forms* and sent via *WhatsApp*, then analyzed using *Discursive Textual Analysis*, based on the following categories: i) Guiding the pedagogical practices; ii) School Identity; iii) The importance of the Community and democratization of the PPP. Among the presented results, the importance

¹ Mestra em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Estadual de Santa Cruz Ilhéus /Bahia. Professora da Educação Básica do Município de Cairu/BA. E-mail: lina.me.magalhaes@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4653-6321>

² Mestra em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus /Bahia. Email: indionaragalvao@hotmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9717-1257>

³ Doutora em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz, Departamento de Ciências Exatas, Ilhéus/Bahia. E-mail: stgehlen@uesc.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9786-3392>



of the school community's participation in the elaboration of the PPP stands out as a pathway for transforming reality and democratizing the educational process. Furthermore, the study indicates the relationship between the teacher's understanding of the PPP as one of the guiding elements for its construction, considering it is intrinsically linked to the involvement of teachers in the process of discussion, development, and implementation of the PPP.

Keywords: Paulo Freire. Education. Democratization. Pedagogical Political Project. Community.

Introdução

Alguns estudos têm discutido a importância da organização do Projeto Político Pedagógico (PPP) (VEIGA, 1998; ASSUNÇÃO, 2019; GANDIN, 1991; GUEDES, 2021) para o funcionamento da escola, considerando-o como um documento cuja finalidade é apresentar orientações e encaminhamentos para que a comunidade escolar - alunos, pais, professores, coordenadores e gestores - consigam transformar sua realidade. O PPP é um instrumento relevante por possibilitar pensar, discutir, organizar e reorganizar a proposta pedagógica da unidade de ensino, pois condensa o seu ideário e confere identidade às suas ações educativas (MENEGAT; SARMENTO; RANGEL, 2018).

Veiga (1998) explica que a construção do PPP é marcada por três atos: Situacional - descreve a realidade da escola; Conceitual - refere-se à concepção de sociedade e de homem que se pretende formar; Operacional - diz respeito à operacionalização das ações pedagógicas. Contudo, para que o PPP possa ser percebido como um documento que traduz os anseios da unidade escolar e da sua comunidade configurado, a partir dos atos situacional, conceitual e operacional, é necessário empreender um processo dentro dos moldes democráticos. Ou seja, que a escuta e escrita se constituam de maneira colaborativa, coletiva, respeitando os sujeitos que a escola abriga dentro e fora dos seus muros. Longhi e Bento (2006) indicam que o PPP é um documento que facilita e organiza as atividades, mediando decisões e analisando os resultados e seus impactos.

É necessário repensar o PPP de uma forma coletiva e individual, uma vez que sua construção necessita ser pautada na realidade dos alunos e de sua comunidade. No PPP é importante considerar seu dimensionamento político, histórico, cultural e social para que sejam realizadas ações humanizadoras (FREIRE, 2020; SEVERINO, 2006) e seus participantes busquem “resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento” (VASCONCELLOS, 2007, p. 169).

Os estudos de Freire (2020) ajudam a pensar a escola e a construção do PPP no contexto de uma perspectiva democrática, participativa e coletiva, transformando o documento em um objeto vivo, produto dos anseios daqueles que os produziram. Não existe educação na perspectiva defendida por Freire distante da experiência, do respeito e da participação do coletivo. Ninguém educa ninguém, a educação se estabelece de

forma recíproca, educadores são educados por educando na medida em que educandos são educados por educadores (FREIRE, 2020).

É importante compreender a visão dos docentes, uma vez que a comunidade escolar, principalmente os educadores, deve se posicionar de forma ativa, ocupando os seus papéis na elaboração das propostas educacionais, questionando-as em busca da superação dos problemas existentes, dos pontos de vistas e das ideologias divergentes (ASSUNÇÃO, 2019).

Sabendo que o PPP, muitas vezes, é desmerecido em ambiente escolar e nas ações pedagógicas (GANDIN, 1994; GADOTTI, 2006; VASCONCELLOS, 2007), sendo constantemente engavetado em muitas unidades escolares e não utilizado pelos docentes no preparativo de suas aulas (VEIGA, 1995), tem-se como objetivo deste estudo investigar o conhecimento e a compreensão de docentes que atuam no município de Cairu - BA sobre o Projeto Político Pedagógico.

A perspectiva freireana e o projeto político pedagógico

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que retrata a proposta educacional da instituição de ensino. É um documento elaborado por todas as escolas do setor público ou privado em todas as etapas e modalidades, seguindo orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O PPP tem como finalidade orientar as ações pedagógicas das unidades escolares, levando em consideração as realidades que delas fazem parte. Serve também como um documento que possibilita a participação coletiva dos atores que atuam na escola, podendo, inclusive, contribuir para a gestão democrática e participativa. Enfim, sua execução tenciona os objetivos da escola e sua importância para o contexto social onde a escola está inserida.

Veiga (2013) explica que o Projeto Político-Pedagógico é um documento dinâmico, construído de forma coletiva e democrática, com a participação consciente e efetiva de todos os envolvidos na prática pedagógica, com vistas a organizar e orientar o trabalho escolar. No entender do autor, o PPP oportuniza aos envolvidos no processo, a reflexão sobre os mais variados contextos e sua inter-relação com o fazer pedagógico. Esse documento “propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009, p. 345).

Mesmo sendo um instrumento burocrático, o PPP se caracteriza por ser democrático, por definir a identidade da escola e indicar caminhos para o ensino de qualidade. De acordo com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, o Projeto Político Pedagógico “é fruto da interação entre os objetivos e as propriedades fixadas pela

coletividade, o qual estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade” (BAHIA, 2014, p.01).

A construção, execução e avaliação do PPP é função da escola, ultrapassando o contexto das relações interpessoais, para tornar-se “realisticamente situada nas estruturas e funções específicas da escola, nos recursos e limites que o singularizam, envolvendo ações continuada em prazos distintos” (MARQUES, 1990, p.22). Ainda, de acordo com Marques (1990), o PPP é constituído de um processo participativo de decisões, tem como função principal a organização do trabalho pedagógico que distingue contradições e/ou conflitos e tendo como praxe a eliminação das relações competitivas e autoritárias, sempre preocupado com as relações horizontais na escola. Existe em sua redação uma preocupação em dar uma nova identidade à escola levando em conta a importância da qualidade de ensino enfrentando os desafios de inovar o trabalho pedagógico, na gestão e na estrutura de poder da escola (MARQUES, 1990).

Precisamos, no momento da escrita do Projeto Político Pedagógico, repensar no propósito da escola bem como na importância do seu papel social, determinar como devem ser as ações a serem executadas por todos envolvidos no processo educacional. O Projeto Político Pedagógico é o resultado da mediação entre a realidade interna da escola e o contexto social no qual está inserida. Deve romper com a desarmonia entre ideia e execução (VEIGA, 2004). Vasconcelos (2004) explica que o PPP é:

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELOS, 2004, p. 169).

Dessa forma, o PPP é considerado o norteador das ações educativas, sabendo que é nele que as finalidades da instituição educacional são traçadas. Para tanto, um de seus objetivos é democratizar a tomada de decisões pedagógicas e organizacionais na escola, buscando maior participação dos agentes educacionais.

Para Alfiz (1997), a dinâmica da discussão coletiva do PPP estabelece elementos fundamentais a serem analisados por todos os sujeitos envolvidos no processo educacional: professores, alunos, pais, coordenadores, gestores com o propósito de estabelecer a motivação que interagem na sua construção, execução e avaliação. A concretização do PPP, no âmbito da concepção de gestão democrática:

Não significa unir todas as pessoas envolvidas de maneira permanente para tomar cada uma das decisões que requer a caminhada. É necessário buscar formas representativas e às vezes operativas, que permitam oportunamente a tomada de decisões (ALFIZ, 1997, p. 68).

Muitos autores têm defendido que o olhar sobre o legado freireano pode possibilitar uma nova forma de se pensar a organização e produção do PPP. Bastos, Gonçalves e Alves (2018) advogam que o processo de Investigação Temática para obtenção dos Temas Geradores permite uma reflexão sobre a realidade das escolas e dos sujeitos que nela estão inseridos. Os Temas Geradores constituem um paradigma interdisciplinar para a pesquisa, para a integração dos diferentes campos disciplinares e para a organização dos currículos escolares, desenvolvendo a consciência dos sujeitos em torno do seu inacabamento (FREIRE, 2020).

Para Freire (2020), a consciência desse inacabamento é condição para a constituição do ser humano. Sendo que, a partir dessa conscientização, o sujeito possibilita a abertura para buscar em seu interior sua própria transformação, constituindo-se como um ser mais crítico para o enfrentamento das “situações-limites”, caracterizadas como situações que desafiam de tal forma a prática dos homens que é necessário enfrentá-las e superá-las para prosseguir. Elas “não devem ser tomadas como se fossem barreiras insuperáveis, mas além das quais nada existe” (FREIRE, 2020, p.125). Por consequência, pensar a estruturação de um PPP ou mesmo de um documento norteador para a construção de PPPs, na perspectiva freireana, envolve o reconhecimento do papel exercido por essas situações-limites, enquanto contradições sociais, na formação e constituição dos sujeitos. Em outras palavras, a realidade a qual se expressa na construção desse documento deve levar em conta o aspecto inclusivo dos sujeitos, que se alicerça na superação das contradições sociais, isto é, no potencial daquilo que ele pode “vir a ser” em busca da sua humanização, o qual pode ser desenvolvido no processo de Investigação Temática (ASSUNÇÃO, 2019; FREIRE, 2020).

Paulo Freire defendeu em sua pedagogia a ideia de que a educação deveria ser um processo libertador, capaz de transformar a realidade dos educandos e promover sua conscientização crítica (FREIRE, 2020). Nesse contexto, o PPP ganha uma relevância significativa ao se aliar à visão de Freire, tornando-se um instrumento essencial para a democratização da educação. Com o projeto político-pedagógico alinhado à pedagogia freireana, busca-se superar práticas tradicionais, autoritárias e descontextualizadas, a fim de proporcionar uma educação libertadora, que promova o diálogo, a reflexão e o protagonismo dos estudantes. Nesse sentido, o PPP pode incorporar metodologias ativas, valorização da cultura local, temas geradores e conteúdos relevantes à realidade dos educandos, fortalecendo sua consciência crítica e empoderando-os para transformar suas vidas e suas comunidades (ASSUNÇÃO, 2019; FREIRE, 2020).

Assunção (2019) desenvolveu uma investigação, mediante um processo formativo, com o intuito de compreender como o procedimento de elaboração de um PPP pode-se ser realizado tendo como referência Paulo Freire. A autora adotou a Investigação Temática como processo de busca de conhecimentos dos significados para a aquisição de Temas Geradores, em uma escola de Educação Infantil, na cidade de Ilhéus no Estado da

Bahia. Para Assunção, Solino e Gehlen (2019) o olhar para a realidade implica na necessidade de reconhecer as problemáticas que nela se estabelecem, de modo que tal visão não se restrinja às questões institucionais, mas que o olhar dos educadores esteja voltado às possíveis contradições sociais.

Esse processo de reconhecimento da realidade foi caracterizado por Assunção, Solino e Gehlen (2019) com base em aproximações entre Vasconcellos (2007) e Freire (2020), nas quais tem como ponto de partida as categorias:

- i) Orientar/Nortear o fazer pedagógico: estabelecida tendo em vista o objetivo de investigar a forma como o Projeto Político Pedagógico (PPP) pode indicar uma direção para o trabalho efetivo da comunidade interna escolar;
- ii) Identidade Escolar: estabelecida tendo em vista o objetivo da pesquisa de investigar de que forma o PPP pode apresentar contribuições para seu trabalho;
- iii) A importância da Comunidade e a democratização do PPP: estabelecida tendo em vista o objetivo da pesquisa de investigar quais os elementos são indispensáveis na elaboração do PPP democrático.

Tais categorias assumem uma função ímpar no desenvolvimento de um PPP, considerando que são o ponto de partida para essa construção, caracterizando não só a identidade da escola, como também os direcionamentos necessários à democratização deste documento. Desse modo, tais categorias constituem uma referência à caracterização do conhecimento e compreensão da própria comunidade escolar na construção do PPP, objeto de análise do presente estudo, como caracterizado a seguir.

Processo metodológico

A presente pesquisa tem como contexto o Município de Cairu-BA, que possui 29 escolas, 223 professores e 4597 alunos abrangendo Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e Educação de Jovens e Adultos. As escolas encontram-se situadas em todo território do arquipélago de Tinharé (3 grandes ilhas povoadas que constituem o município de Cairu).

Escolhemos essa localidade porque a primeira autora deste artigo atua na Secretaria de Educação (SEDUC) do município como Coordenadora Geral do Ensino Fundamental Anos Finais e EJA e, pelas informações fornecidas pela citada secretaria, constatou-se que algumas escolas não possuíam Projeto Político Pedagógico (PPP). Em uma busca nos arquivos da secretaria municipal, não localizamos nenhuma cópia dos PPP escolares.

É importante destacar que a maior parte dos professores efetivos do município não possui residência nos locais próximos às escolas. Com isso, os professores criam poucos laços com a comunidade onde as escolas estão localizadas. O acesso desses

professores é feito por meio de barco, jardineiras tracionadas por trator e quadriciclos. As ilhas são de difícil acesso ocasionando muitas vezes atraso nas aulas e modificação do calendário escolar em localidades específicas. Como só existe transporte de saída das ilhas até às 17h, em alguns distritos existem casas de apoio ao professor, para aqueles que precisam ministrar aulas à noite.

Os alunos moram nas localidades onde existem unidades escolares, mas para aqueles que moram a certa distância, o município disponibiliza ônibus escolares e veículos de tração 4x4 para seu deslocamento.

No município de Cairu há 223 professores efetivos que trabalham divididos entre Educação Infantil, Ensino Fundamental anos Iniciais e Anos Finais e Educação de Jovens e Adultos. Também há 7 auxiliares de ensino efetivos que atuam em sala de aula exercendo a função de professor da Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais. Desses 223 professores, 6 possuem apenas magistério, 64 possuem graduação em pedagogia ou licenciatura em disciplinas afins, 144 possuem especialização (graduação e especialização) e 7 possuem mestrado (graduação, especialização e mestrado). Os auxiliares de ensino possuem apenas nível médio completo.

Foram considerados como participantes deste estudo os professores e auxiliares de ensino (em função de professor) efetivos do município de Cairu, que responderem ao questionário: “Questionário de Aprofundamento sobre Projeto Político Pedagógico” enviado via *Google Forms* (por link via *Whatsapp*), o qual continha 13 questões relacionadas à elaboração, utilização e compreensão sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas do município de Cairu. A escolha de envio para todos os professores efetivos e auxiliares de ensino (em função de professor) recaiu sobre a necessidade de possuir uma visão ampla sobre o processo de elaboração, utilização e importância em cada escola da rede pública municipal de ensino do seu Projeto Político Pedagógico. Dos questionários enviados, 55 foram respondidos e estes foram analisados para a construção deste artigo. Na Figura 1, apresenta-se o referido questionário.

Questionário de Aprofundamento sobre Projeto Político Pedagógico |

1. Você participou da elaboração do Projeto Político Pedagógico da unidade de ensino onde estão/estavam lotados?

()sim () não

2. Na sua unidade de ensino existe uma cópia física do PPP?

() sim () não

3. Os professores da sua unidade e a comunidade escolar têm acesso a esse documento?

()sim () não () Não sei

4. O PPP é utilizado no processo de elaboração dos planos de curso e de aula?

()sim () não () Não sei

5. A escola tem incentivado a utilização do PPP no processo de elaboração dos planos de curso e de aula?

()Sim () Não () Deveria

() Não é papel da escola

() Outro _____

6. Em sua opinião, quais contribuições, o PPP pode ou não apresentar para a contribuição do seu trabalho:

7. Em sua opinião, quais contribuições, o PPP pode ou não apresentar para a realização do trabalho desenvolvido pela escola e a comunidade interna (funcionários e alunos):

8. Em sua opinião, quais contribuições, o PPP pode ou não apresentar para a construção da relação entre a escola e a família:

9. Em sua opinião, quais contribuições, o PPP pode ou não apresentar para a construção de uma relação entre a escola e a comunidade:

10. Na sua compreensão, sobre o PPP, quais elementos são indispensáveis na sua elaboração?

11. É possível elaborar um PPP a partir da realidade da comunidade escolar?

()sim () não

12. Se sim, quais estratégias você usaria para a sua elaboração?

13. Para Veiga (2002, p.01), “...o Projeto Político-Pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O Projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola”. Para você, enquanto educador, essas afirmações fazem sentido? Explique com suas palavras.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1998. p.11-35.

Fonte: Autores (2021).

Dos 223 questionários (Figura 1) enviados, 55 foram respondidos. Assim, para o desenvolvimento da análise, seguindo os princípios éticos, buscou-se preservar a identidade dos professores, os quais foram identificados seguindo o sistema alfanumérico: PQ1, PQ2, PQ3,..., PQn, em que a sigla PQ significa Professor Questionário.

A análise dessas informações foi realizada por meio da Análise Textual Discursiva - ATD (MORAES; GALIAZZI, 2011), de modo que as respostas às 13 questões apresentadas pelos 55 participantes constituíram o *corpus* da análise. Seguindo as orientações metodológicas da ATD, esse *corpus* foi fragmentado em unidades de sentido, sendo reorganizadas e analisadas com base nas categorias definidas *a priori* por Assunção, Solino e Gehlen (2019), quais sejam: i) Orientar/Nortear o fazer pedagógico; ii) Identidade Escolar; iii) A importância da Comunidade e a democratização do PPP. Os resultados e processo de análise dessas informações em torno das categorias são apresentados a seguir e representam o que Moraes e Galiazzi (2011) definem como metatexto.

Análise e discussão dos resultados

Durante a análise dos resultados observamos que os professores entendem qual a importância do PPP e quais elementos são indispensáveis em sua elaboração. Nesse sentido, o questionário utilizado subsidiou um melhor entendimento sobre o conhecimento e a compreensão do docente do município de Cairu sobre os Projetos Políticos Pedagógico de suas respectivas unidades escolares, o levantamento das concepções acerca do PPP, o diagnóstico sobre as realidades de Cairu e, por fim, o perfil dos profissionais da educação do município. Cada unidade escolar é única em sua realidade e nas relações estabelecidas entre os segmentos.

Orientar/Nortear o fazer pedagógico

O PPP apresenta como uma de suas características fundamentais orientar/nortear o fazer pedagógico e os trabalhos administrativos da escola. Nesse sentido, evidencia-se a importância de compreender a percepção dos discentes, coordenadores, diretores e auxiliares de ensino sobre as características dos PPPs (ASSUNÇÃO; SOLINO; GEHLEN, 2019). Para a maioria dos professores que responderam ao questionário, observa-se que eles têm a compreensão de que a principal função do PPP é o de orientar/nortear as atividades escolares, a exemplo de PQ1 e PQ2.

Documento deve nortear algumas ações da escola e também serve como orientação de como devo agir em determinadas situações. Traça ou indica os caminhos para que de fato ocorra o processo de ensino aprendizagem (PQ1).

O PPP em si já garante que nosso trabalho está sendo executado para garantir o desenvolvimento e o aprendizado de todos (PQ2).

Os professores PQ1 e PQ2 indicam a importância do PPP como documento orientador/norteador das atividades escolares. Salientando que a inexistência desse documento acarretaria uma desorientação do fazer pedagógico e dos processos administrativos. Observamos, ainda, que o PPP indica qual a direção deve ser seguida durante o processo ensino-aprendizagem. Como destacado por Longhi e Bento (2006), entende-se que o projeto norteia o trabalho da escola por encaminhar ações para o futuro com base na sua realidade atual e sua história.

O PPP que orienta a escola deve ser planejado em longo prazo. Sendo essencialmente político, contempla a visão dos sujeitos, da sociedade, seus princípios filosóficos e éticos, presunção metodológica e as dimensões que pretende tomar. Para Morgado (2003), a possibilidade da escola e dos professores tomarem decisões no âmbito do desenvolvimento curricular, tanto no que diz respeito à adaptação ao currículo nacionalmente prescrito quanto às necessidades de seus alunos e às especificidades do contexto na qual a escola está inserida torna-se imprescindível, considerando que eles são fundamentais na construção desse documento que é a identidade e também uma

peça fundamental para o desenvolvimento de todas as atividades desenvolvidas nas unidades escolares.

Dentro de suas características metodológicas e estruturais, o nortear/orientar, baseados nos pressupostos freireanos, apresenta algumas particularidades, como destacam os professores:

Serve como instrumento norteador das políticas públicas educacionais na unidade de ensino (PQ3).

Um documento norteador é essencial para que todos falem a mesma linguagem na escola (PQ6).

Esse documento é de fundamental importância para a contribuição de todo trabalho realizado pela comunidade escolar e para nortear as ações que por ela seja desenvolvida (PQ7).

As falas dos professores indicam que existe uma relação estreita entre o PPP e as políticas públicas educacionais. De acordo com Lamosa e Loureiro (2010), as escolas dependem, portanto, para além da motivação dos trabalhadores da educação e dos educandos, de políticas públicas e de recursos (financeiros e humanos), sem os quais não se garante sua efetiva incorporação ao currículo e à gestão escolar.

A partir dessa fala, compreendemos que a construção do PPP de escolas da rede municipal depende de como a educação é vista pelo poder público municipal e pela comunidade escolar, que é:

Composto pelos “os professores; zeladores, das cozinheiras, dos vigias que, trabalhando na escola, são também educadores e precisam ter voz; dos pais, das mães, que são convidados a vir à escola ou para festinhas de fim de ano ou para receber queixas de seus filhos ou para se engajar em mutirões para o reparo do prédio ou até para “participar” de quotas a fim de comprar material escolar (FREIRE, 2001, p.37).

O PPP é o documento norteador das ações educativas em âmbito escolar. Para que ocorra sua elaboração/construção é necessário pleitear a participação de todos aqueles que compõem a comunidade escolar interna e externa. Entretanto, articular e construir espaços participativos que possibilitem uma construção coletiva do Projeto Político Pedagógico que diga não apenas o que a escola é, mas também aponte para o que pretende ser, exige uma organização participativa e sistemática. Para Longhi e Bento (2006), a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico é uma possibilidade de reconhecimento dessa identidade e de reflexão e mudança da prática pedagógica.

Em síntese, essa categoria, corrobora com estudo de Assunção, Solino e Gehlen (2019), na medida em que ressalta a importância em se pautar no PPP como meio de nortear e orientar as práticas da comunidade escolar, de modo a buscar alternativas para que tal documento assumira essa função. Essa abertura é sinalizada na análise das falas dos educadores, que compreendem que o PPP tem como função apresentar os direcionamentos necessários ao desenvolvimento das atividades escolares, além fornecerem indicativos para esse direcionamento, quando o associam às políticas

públicas. Tal abertura pode balizar o desenvolvimento da construção da identidade da escola, como se apresenta a seguir.

Identidade Escolar

Mantendo a discussão sobre a característica norteadora/orientadora do PPP, podemos concluir que o PPP é o documento que norteia as ações do professor e da gestão da escola, construído com base no que se pretende como instrumento de transformação e construção social. Entretanto, podemos identificar na fala de PQ2 uma nova visão sobre o PPP, trazendo como característica a ideia de identidade escolar:

O PPP é a radiografia da comunidade escolar. Funciona como a identidade da escola, visando retratar seus amplos aspectos. O projeto deve conter a realidade do local, logo ajuda nessa compreensão (PQ2).

Funciona como uma "espinha dorsal", da escola (PQ31).

O PPP é a radiografia da comunidade escolar (PQ32).

Por meio da fala desses professores podemos compreender que o PPP, em suas características, também constata a identidade escolar, indicando que cada Unidade Escolar, mesmo que dentro de um único município, possui características próprias inerentes a sua localidade e a sua comunidade interna e externa. Esta tem sido a grande dificuldade de construção de uma identidade escolar que esteja a serviço da formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a transformação social, dificuldade esta que se atribui, além de práticas divisionistas internalizadas na prática das escolas e na setorização do conhecimento reproduzido, acrítica e sem contexto, a fatores na organização da escola que poderão estar comprometendo a gestão democrática (PEREIRA; BECKER, 2002). A gestão democrática da escola, por meio da participação coletiva, incluindo seus diferentes atores, é premissa fundamental de seu PPP. Por essa razão, Gadotti (2016) afirma que:

O projeto pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade. Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais. Diante disso, desaparece aquela arrogante pretensão de saber de antemão quais serão os resultados do projeto. A arrogância do dono da verdade dá lugar à criatividade e ao diálogo. A pluralidade de projetos pedagógicos faz parte da história da educação da nossa época. (GADOTTI, 2016, p.02)

A diversidade à qual Gadotti (2016) se refere permite dizer que o projeto da escola imprime uma identidade, por isso não há um padrão único. Esse aspecto nos permite pensar que não há escola sem autonomia, “autonomia para estabelecer o seu projeto e autonomia para executá-lo e avaliá-lo. A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico” (GADOTTI, 2016, p. 2).

Ao enfatizar a ideia de identidade escolar trazida no PPP e defendida pelos professores, entendemos que quando ocorre sua construção um dos pontos principais deve ser a característica identitária do documento. De acordo com os professores:

O projeto deve conter a realidade do local, logo ajuda nessa compreensão (PQ49).

O PPP é livro de cabeceira da unidade escolar (PQ47).

Se construído de maneira individual quebra-se o objetivo desse documento, pois não servirá como parâmetro de identidade da escola (PQ8).

De forma a desenvolver um trabalho contextualizado e eficaz para as demandas culturais, identitária e socioeconômicas (PQ3).

Segundo com a fala desses professores, podemos perceber que a identidade da escola necessita ser mostrada e identificada na construção do PPP, aspecto que também é ressaltado por Leite (2002). Nesse documento deve ser evidenciada a identidade da escola, dos professores e da comunidade. Por consistir em um projeto coletivo, tem sua base na identidade dos professores, dos alunos, da comunidade em que a escola está inserida, bem como na história da própria instituição de ensino. O projeto deve considerar que:

A escola é o lugar institucional de um projeto educacional. Isso quer dizer que ela deve instaurar-se como espaço-tempo, como instância social que sirva de base mediadora e articuladora dos outros dois projetos que têm a ver com o agir humano: de um lado o projeto político da sociedade e, de outro, os projetos pessoais dos sujeitos envolvidos na educação (SEVERINO, 2006, p. 212).

O PPP define a identidade da escola e indica caminhos para que o processo de ensino aprendizagem ocorra com qualidade. Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao PPP.

Em resumo, compreende-se por Assunção, Solino e Gehlen (2019) que para orientar as práticas escolares, o PPP também necessita expressar a identidade da escola. A abertura necessária para que o PPP assuma essa visão foi identificada na categoria anterior, na qual as falas dos educadores indicam a compreensão do PPP como um documento orientador. No que tange a identidade, as falas dos educadores analisadas indicam que ela se mostra sobre diferentes contextos, uma vez que cada escola possui características específicas, as quais formam a unidade do município. Assim, cada escola, mesmo que subordinada a diretrizes gerais necessita ter suas particularidades contempladas para constituir a sua identidade, ou melhor, ter a sua identidade representada no documento.

A importância da Comunidade e a democratização do PPP

Pensando na democratização no âmbito escolar constitui-se numa prática que deve priorizar o empenho integrado de todos os sujeitos envolvidos no processo

pedagógico. Ultimamente tem-se discutido muito o novo papel do PPP como instrumento para inserção de movimentos de transformação na atuação dos gestores, coordenadores, professores, demais funcionários escolares, alunos, pais e comunidade. De acordo com os professores:

O PPP deveria apresentar as necessidades especiais da comunidade ao apresentar soluções que atendam às necessidades dos setores envolvidos (PQ28).

É um documento que deve ser construído por toda comunidade escolar (PQ31).

Deve ser elaborado de acordo com a realidade escolar (PQ33).

Os professores chamam atenção para a importância de o PPP considerar a realidade e as necessidades da comunidade escolar. Além disso, para os docentes, o PPP deve ser construído com a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional e a comunidade onde a escola está inserida. Nesta perspectiva, portanto, o PPP é, além de um instrumento de democratização da gestão escolar, um instrumento para a construção e execução da democracia social, o que está em acordo com Veiga (2004).

Para tanto, faz-se necessário que o processo de construção e efetivação desse documento seja feito de forma democrática, ou seja, é necessário que se criem e/ou ampliem os espaços públicos das decisões (BOBBIO, 2000). Assim, o processo de construção e implementação do PPP como um instrumento de gestão democrática não pode abdicar da participação ativa dos sujeitos escolares e da comunidade local.

Ainda, quanto à democratização das escolas, podemos destacar a importância de ouvir e entender a comunidade no processo de elaboração (VEIGA, 2004). O PPP precisa ter a “cara” da comunidade, demonstrar em sua estrutura as características que tornam aquela comunidade única. Podemos destacar na fala dos professores:

Será utilizado como algo significativo na escola de todos contribuírem na construção. Caso contrário, o PPP não retratará a realidade da escola, sendo, portanto, um documento de gaveta (PQ8).

O PPP precisa ouvir a comunidade num processo democrático (PQ25).

O papel da escola na vida de crianças e jovens é proporcionar a formação acadêmica, intelectual e cognitiva, bem como promover o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para atuarem na sociedade. Portanto, partindo desse princípio, a construção do PPP deve apresentar contribuições do público que a escola atende ou atenderá (PQ28).

É inegável a importância do PPP da escola enquanto mecanismo de construção da gestão democrática, particularmente quando se assume o seu significado como um processo de elaboração e implementação pautado pelo princípio democrático da participação direta (professores, gestão e coordenação) ou representada (eleito representante de alunos, pais e comunidades). A participação democrática direta permite a busca de resultados coletivos e o ensaio de experiências de formas não autoritárias de exercício do poder no contexto da escola (VEIGA, 2004). Além de permitir que os vários

grupos de profissionais da escola, bem como os pais, alunos e comunidade tenham condições de intervir nas decisões da organização escolar e definir coletivamente o rumo dos trabalhos. No mesmo sentido que,

A participação significa, portanto, a intervenção dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais) na gestão da escola. Há dois sentidos de participação articulados entre si: a) a de caráter mais interno, como meio de conquista da autonomia da escola, dos professores, dos alunos, constituindo prática formativa, isto é, elemento pedagógico, curricular, organizacional; b) a de caráter mais externo, em que os profissionais da escola, alunos e pais compartilham, institucionalmente, certos processos de tomada de decisão (LUCK, 2002, p. 66).

Nesse sentido, a construção do PPP é a formulação de uma identidade e a afirmação de uma cultura organizacional. E por se tratar de um documento firmado pelo coletivo, expressando uma intencionalidade que imprime em suas metas o compromisso com o futuro, objetivando o vínculo da escola com a transformação social.

Em síntese, os professores compreendem que: a comunidade é importante no processo de elaboração do PPP; que a realidade da comunidade precisa ser levada em conta no momento da construção do PPP e que todos os processos escolares precisam estar alinhados com este documento. Tal compreensão está de acordo com o trabalho de Assunção, Solino e Gehlen (2019), no qual é ressaltada a necessidade de identificar os elementos necessários ao desenvolvimento de um PPP democrático. Esses elementos se mostram nas falas dos educadores ao entenderem que não basta apenas ouvir as suas vozes e da comunidade, mas que a comunidade e os próprios educadores precisam estar inseridos nessa construção, de modo que o PPP possa assumir a sua real função democrática.

Considerações Finais

Esse estudo apresentou importantes resultados sobre o processo de entendimento do PPP por parte dos professores do município de Cairu, que podem ser aproveitados por escolas de outros municípios da região, por possuir algumas características semelhantes, como também por instituições de outros municípios do estado e do país. Nesse sentido, essas escolas podem assumir as categorias do trabalho de Assunção, Solino e Gehlen (2019) como forma de evidenciar as compreensões dos professores, as quais, no presente estudo revelaram o entendimento de que o PPP se constitui como um elemento norteador das atividades escolares, que as escolas devem ter as suas particularidades representadas e que a construção desse documento deve ocorrer em colaboração com a comunidade local.

Neste artigo, indicamos a importância de ouvir a comunidade, seus problemas e anseios, para a construção de qualquer documento e/ou ação de caráter educacional.

Todo e qualquer processo educacional precisa ser democrático. A análise do processo de entendimento dos professores pesquisados, lembrando que o cerne da questão é o entendimento desse professor com relação à elaboração e utilização do Projeto Político Pedagógico nas escolas, poderia ser mais bem elaborado se fosse uma normatização do município a participação de todos nesse processo de discussão/elaboração.

Referências

ALFIZ, I. **El proyecto educativo institucional: Propostas para um diseño colectivo**. Buenos Aires, Argentina: Aique, 1997.

ASSUNÇÃO, J. L. **A abordagem temática freireana na elaboração de um projeto político-pedagógico configurado como práxis criadora**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia, 2019.

ASSUNÇÃO, J. L.; SOLINO, A. P.; GEHLEN, S. G. A investigação temática na elaboração de um projeto político-pedagógico humanizador. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 1379-1409, set./dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v19.n3.33>. Acesso: 30 agos. 2021.

BAHIA. Secretaria da Educação. **Orientações para o projeto político-pedagógico**. Jornada Pedagógica 2014. Salvador, 2014. Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/midias/documentos/orientacoes-pedagogicas-jornada-2014>. Acesso em 01 ago. 2023.

BASTOS, V. C.; GONÇALVES, B. de B. T. N.; ALVES, A. C. V. O PPP como instrumento de gestão democrática e participativa. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, vol. 7, n. 15, 2018, Maio-Agosto, p. 87-93. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471857005008>. Acesso em: 02 set. 2021.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 5 ed, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000, p. 53-73. (Democracia Representativa e Democracia Direta).

CENTA, F. G., MUENCHEN, C. O Despertar para uma Cultura de Participação no Trabalho com um Tema Gerador. **Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v.9, n.1, p.263-291, maio 2016.

DELIZOICOV, D. **Concepção problematizadora do ensino de ciências na educação formal**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Universidade de São Paulo, SP, 1982.

FREIRE, P. **Educação e política**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GADOTTI, M. **O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. 2016. Disponível em: <http://files.professorivo.webnode.pt/200000095-f1511f24b6/PPP%20-%20Moacir%20Gadotti.pdf>. Acesso: 03 nov. 2021.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo na educação**. Porto Alegre, 1991.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo:** na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GUEDES, C. N. A importância do Projeto Político Pedagógico no processo de democratização da escola. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-9, 2021. Disponível: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>. Acesso: 01 de set. 2021.

LAMOSA, R. A. C; LOUREIRO, C. F. B. A educação ambiental e as políticas educacionais: um estudo nas escolas públicas de Teresópolis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n.2, p. 279-292, maio. 2011.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LONGHI, S. R. P; BENTO, K. L. Projeto Político-Pedagógico: Uma construção coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica**. Vol. 3 n. 9 - jul.-dez./2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/aPPP.pdf. Acesso em: 26 out. 2021.

LEITE, C. **Construção do Projecto Curricular:** a identidade da escola. 2002. Universidade do Porto.

MARQUES, M. O. Projeto pedagógico: A marca da escola. **Revista Educação e Contexto**. Projeto pedagógico e identidade da escola n. 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990.

MENEGAT, J; SARMENTO, D. F; RANGEL, M. (Im)possibilidades da revitalização do projeto político-pedagógico de uma Rede Municipal de Ensino em uma perspectiva colaborativa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, 2018.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. 2 ed. Ijuí, Rio Grande do Sul: UNIJUÍ. 2011.

MORGADO, J. C. Projecto curricular e autonomia da escola: possibilidades e constrangimentos. **Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía E Educación**, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2183/6984>. Acesso: 13 de nov. 2021.

PEREIRA, S. M; BECKER, A. O projeto político pedagógico e a construção da identidade escolar. **Revista Contexto & Educação**, v. 17, n. 67, p. 81-100, 2002.

SEVERINO, A. J. Fundamentos éticos e políticos da educação no Brasil de hoje. In **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: 2006, p. 241-288.

SILVA, A. F. G. **A construção do currículo na perspectiva popular crítica: das falas significativas às práticas contextualizadas**. 2004. 485. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOUSA, P.S; BASTOS, A.P. S; FIGUEIREDO, P. S; GEHLEN, S. T. Investigação Temática no Contexto do Ensino de Ciências: Relações entre a Abordagem Temática Freireana e a Práxis Curricular via Tema Gerador. **Alexandria**, v. 7, p. 155-177, nov, 2001.

VASCONCELOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico:** Do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2004.

VASCONCELOS, C. S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** 17 ed. São Paulo: Libertad, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica:** projeto político-pedagógico: Educação superior. Papirus Editora, 2004.

VEIGA, I. P. A. **Educação Básica e Educação Superior:** o projeto político pedagógico. 3 ed. São Paulo: Papirus, 2004.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** Uma construção possível. Campinas, 7 ed. São Paulo: Papirus, 1995.

VEIGA, I. P. A. Perspectivas para reflexão em torno do Projeto Político Pedagógico. In: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, Lúcia Maria G. de (org.). **Escola:** Espaço do Projeto Político-Pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.

Recebido: 21.01.2023

Aprovado: 01.08.2023

Publicado: 08.08.2023